

## **COMISSÃO DIRETORA**

### **(\*) PARECER Nº 833, DE 2007**

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (Medida Provisória nº 374, de 2007).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (Medida Provisória nº 374, de 2007), que altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Sala de Reuniões da Comissão, em 26 de setembro de 2007.

(\*) Retificada para fazer constar expressão inserida pelo Relator-revisor e o parágrafo único do art. 32 da Lei nº 11.457, de 2007, constante da Emenda aprovada pelo Plenário.

**ANEXO AO PARECER Nº 833, DE 2007.**

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (Medida Provisória nº 374, de 2007).

Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

**Emenda nº 1****(Corresponde à Emenda nº 3, apresentada perante a Comissão Mista)**

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

“Art. O caput do art. 32 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 32. Os débitos de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações, relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas ‘a’ e ‘c’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até o mês anterior da entrada em vigor desta lei, poderão ser parcelados em 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas, ou 1,5% do valor da receita, o menor valor.

Parágrafo único. Suprima-se o art. 36 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.’ (NR)”